

COLUNA

HISTÓRIA DA ÁFRICA PRÉ-COLONIAL

Mariana Bracks Fonseca

Poder feminino e matriarcado na África Pré-colonial



Qual a importância das mulheres na História Africana?

Você provavelmente já ouviu falar de rainhas africanas. Cleópatra, Rainha de Sabá, Njinga Mbandi são alguns exemplos de mulheres poderosas que foram registradas na história universal. Apesar da escrita oficial da História Africana pouco evidenciar o protagonismo feminino, foram muitas rainhas que exerceram poder político nas sociedades africanas.

Para além das mulheres que governaram, tornando-se referência mundial de poder feminino, buscamos neste texto refletir sobre o matriarcado na África, entendido como regime caracterizado pela “colaboração e o desenvolvimento pleno e harmonioso entre os dois sexos,

apresentando uma certa preponderância da mulher na sociedade, devida às condições econômicas de origem, que de todas as maneiras, é aceita e inclusive defendida pelos homens” (DIOP:2012:334)

O intelectual senegalês Cheick Anta Diop refletiu sobre como o matriarcado como instituição originária de um modelo social “do Sul”, muito presente na África desde os tempos mais remotos. Para ele, o matriarcado toma forma enquanto uma configuração social caracterizada pela divisão de poderes entre os sexos, uma assembleia de homens e outra de mulheres, havendo uma preponderância de mando de mulheres, por seu papel dentro da economia, argumento que é trabalhado a partir do elemento da agricultura, portanto, há uma divisão de poderes entre os sexos, o poder político partilhado entre homens e mulheres, de acordo com suas competências dentro da sociedade. A maior proeminência das mulheres no “regime de matriarcado” é relacionada com alguns fatores: um deles é a transmissão da herança e o segundo é o papel na economia, sobretudo pela importância fundamental na agricultura. O matriarcado não seria uma imposição

das mulheres sobre os homens, e sim um “harmonioso dualismo” aceito pelos homens como “o melhor caminho para a construção de uma sociedade sedentária em que cada um e todos os membros podem se desenvolver plenamente através de atividades que os conectam com sua natureza psicológica.”¹

Dessa forma, o conceito de matriarcado defendido por Diop traz um deslocamento da definição utilizada por autores colonialistas, que enxergavam o matriarcado como um sistema primitivo em que as mulheres dominariam a sociedade como um todo.

Desenvolvendo sua tese sobre a “Unidade Cultural Africana”, Diop confrontou os modelos de organização social indo-europeia e Africana, tendo como base o status das mulheres, sistemas de herança, dotes e afiliação com a realeza. Para ele, as culturas do “Norte” indo-europeias negaram os direitos das mulheres e as subjugaram sob as instituições privadas da família patriarcal. O patriarcado do norte mantinha as mulheres sob domínio, confinando-as ao lar e negando participação pública e no poder. Neste sistema, o marido ou pai tinha o direito à vida e a morte da mulher; o casamento compunha o controle patriarcal, caracterizado pelo dote.

Em contraste, a cultura patriarcal do Sul, caracterizada pelo sistema agrícola e pelo sistema funerário, as mulheres vinham na frente dos maridos. Elas eram as senhoras da casa e as guardiãs da comida. As mulheres eram agricultoras, os homens caçadores. O poder da mulher baseava-se na importância do papel econômico. O Sistema era também caracterizado pelo forte laço entre irmão e irmã. Os ritos funerários também prescreviam o retorno do corpo da esposa a sua terra natal e indicavam compensações para a perda de uma mulher.

Este sistema patriarcal do Sul foi marcado pela sacralidade da mãe sua autoridade ilimitada. Há muitas artes que evocam o poder da mãe, ritualizam o matricentrismo: mãe e filho, ‘o vínculo de amor mais próximo’. Este é o espírito da maternidade comumente simbolizada nas religiões africanas. De forma geral, como conceito nas religiões africanas, a mãe é que dá a seus filhos, e à sociedade como um todo, o “pote da prosperidade”. A mãe também dá o pote de segredos, mistérios, magias, conhecimento sagrado e poder espiritual.

A África, como representante do matriarcado do Sul, valorizava a família patriarcal, estado territorial, a emancipação das mulheres na vida doméstica, o ideal de paz e justiça, divindade e otimismo, em que a ética moral era baseada no coletivismo social. Enquanto o Norte, exemplificado pelas culturas ariana,



Cheikh Anta Diop foi um importante historiador e antropólogo senegalês e em seus estudos enfatizou a contribuição do continente africano, em especial da África negra, à cultura e à civilização mundial.

¹ DIOP, Cheick Anta. “*L'unité culturelle de l'Afrique noire: Domaines du patriarcat e du matriarcat dans l'antiquité classique*. Paris: Presence Africaine, 1963.

grega e romana, valorizava a família patriarcal, a cidade-estado, a moral e solidão material. A culpa, o pecado original e o pessimismo modelam sua moral ética que é baseada no individualismo.

Para comprovar sua teoria, Diop lista várias rainhas guerreiras africanas que participavam ativamente das questões públicas e políticas, em oposição às mulheres indo-europeias, subjugadas pelo poder masculino. Na Etiópia, a rainha de Sabá expressa o poder feminino desde os tempos primordiais. A rainha Candance, que lutou contra o exército invasor de Augustus César. No Egito, a rainha Hatshepsout, descrita como “a primeira rainha na história da humanidade”. Cleópatra, chamada “Rainha dos Reis”. Até mesmo no enorme e poderoso império de Gana, no século III, os valores matriarcais eram a norma. Isso vale para o poderoso Império do Mali, que se apoiava nas instituições matrilineares.

Para Diop, a mudança do matriarcado para o patriarcado em África se deve primariamente a fatores externos. A patrilinearidade na África está associada à chegada do Islã no século X. O Islã, o Cristianismo e a presença dos europeus na África, simbolizada pela legislação colonial, direito sobre as terras, nomeação segundo a família do pai, monogamia e a educação ocidental das elites são fatores externos que levaram ao patriarcado.

Diop defendeu a unidade cultural orgânica africana apesar da aparência da heterogeneidade cultural, em que a organização matriarcal aparece recorrentemente na história da África antiga. Defende que “o matriarcado está na base da organização social do Egito, como está no resto da África Negra”². Relaciona o matriarcado com a matrilinearidade, aspecto que determina que a linhagem é transmitida por via materna: os filhos do casal “pertencem” à família do lado da mãe e o pai é colocado como uma figura secundária com relação aos irmãos da mãe na responsabilidade sobre a criança. Em conjunto a esse aspecto ao qual a mulher provê a transmissão da herança da linhagem também é observado que em sociedades africanas é corrente a liberdade da mulher em eleger os maridos e do pedido do desquite do compromisso, se assim considerar necessário.



Os Akan são uma sociedade matrilinear e estão em Gana e Costa do Marfim. A identidade, a herança, as riquezas e a política são todas determinadas pela linhagem das mulheres.

² DIOP, Cheikh Anta. *Naciones negras y cultura*. Barcelona: Belaterra, 2012. P. 229.



Atriz Lesliana Pereira como protagonista do filme *Njinga – Rainha de Angola* (2013), um filme biográfico angolano realizado por Sérgio Graciano e escrito por Joana Jorge. O filme conta a história da guerreira africana Ana de Sousa.

As mulheres sempre moveram as sociedades africanas. Há vários exemplos de rainhas, governantes, guerreiras que foram determinantes para a História da África. Ficou famosa a Rainha Njinga Mbandi, que assumiu o poder dos reinos de Ndongo e Matamba (atual Angola) no século XVII e lutou contra os portugueses por mais de quatro décadas por sua autonomia, sem jamais ter sido reduzida à vassalagem. No século XVIII, foram várias mulheres que governaram sob o título “Rainha Jinga” e prosseguiram defendendo seus territórios de forma aguerrida.

Entre os Akan, povos da atual República de Gana, há a existência da “omahene”, cargo político ocupado por

uma mulher que detinha verdadeiro poder político. Estas podiam, em certas circunstâncias, assumir o total controle da autoridade política. Segundo Farrar, os Akan possuíam um poder político partilhado que se expressa pelas hierarquias políticas paralelas de homens e mulheres.³

Os Bijagós, na atual Guiné-Bissau, são exemplo de matriarcado que perdurou até o século XX, em que as mulheres teriam controle sob a unidade doméstica e o trabalho, proporcionando a subsistência das aldeias. A Rainha Pampa de Orango Grande assumiu o poder no final do século XIX e ficou conhecida por sua longa chefatura, pela resistência armada às investidas portuguesas e pela manutenção de uma “paz” dentro de sua sociedade. O fotógrafo austríaco Bernatzik definiu o matriarcado entre os bijagós pela descrição das “liberdades das mulheres” nas relações conjugais – a escolha do marido, a possibilidade do divórcio e as relações poliândricas – e pela centralização da economia sob poder das mulheres.⁴

O poder feminino e as instituições matriarcais são muito antigas na África, remontando às primeiras formas de organização social. Diop chegou a sugerir a adoção do bicameralismo (uma câmara formada por homens, outra por mulheres, que remonta às organizações políticas pré-coloniais da África Negra) como modelo ideal de governo, que possibilita a ampla participação política. Segundo ele, o bicameralismo deve ser retomado como uma “honra aos nossos

³ FARRAR, Vincent Tarikhu. The Queenmother, Matriarchy, and the Question of Female Political Authority in Precolonial West African Monarchy. *Journal of Black Studies*. Vol.27. nº 5. May, 1997.

⁴Scholl, Camile Johann. Matriarcado e África: discursos na história acerca de poder político e gênero. In: FONSECA, Mariana Bracks; CHIAMARELLI, Fernanda. *Áfricas e suas relações de gênero*. Ancestre: Rio de Janeiro, 2019

ancestrais que foram capazes de desenvolver este tipo de democracia”⁵, estabelecendo uma representação feminina eficaz na nação, o que foi retirado pelo colonialismo.

Para avançarmos nos estudos sobre o continente é necessário compreendermos os papéis sociais desempenhado pelas mulheres em perspectiva histórica. É importante que as mulheres ocupem espaço na escrita da história africana, aparecendo como agentes ativos dos processos de decisão política e como personagens fundamentais da



Bijagós, o povo do arquipélago de 88 ilhas e ilhéus da Guiné-Bissau está retratado no documentário “No Reino Secreto dos Bijagós: Escultores de Espíritos”. Foto: Marta Lança.

estruturação das sociedades. Que as mulheres ocupem cada vez mais as páginas da história da África, não apenas com seus nomes, como importantes rainhas e guerreiras, mas também com seus conceitos de poder e organização. A busca pelo bem comum e pela satisfação coletiva da comunidade, o acolhimento ao estrangeiro, a conexão com a natureza e suas regras de produtividade são valores associado ao feminino. Que os novos estudos sobre a África possam se aproximar dessa cosmovisão ancestral para pensar o poder e as relações sociais evidenciando o protagonismo feminino na condução histórica das sociedades.

Mariana Bracks Fonseca

Doutora em História da África pela USP. Autora dos livros *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola* (Mazza Edições, 2015), onde discutiu as estratégias de guerra e paz da soberana angolana. *Rainha Ginga: guerreira de Angola*, que traz em quadrinhos esta história para ser utilizado como material paradidático nas escolas, e *Ginga de Angola: memórias e representações da rainha guerreira na diáspora* (Brazil Publishing, 2019) em que discute a permanência dessa rainha na cultura afro-brasileira e na construção da identidade angolana na perspectiva da longa duração. Atualmente desenvolve projeto de Pós-doutorado na UFMG, sobre a história de Aline Sitoé Diatta, heroína do Senegal."



⁵ DIOP, Cheikh Anta. *Black Africa: the economic e cultural basis for a federated state*. Chicago Review Press, 1978. P. 33 Tradução da autora.